Em 31 de Dezembro de 2005 a rubrica de comissões de consultoria refere-se a um *fee* de assessoria cobrado à Aquapura Hotels & Resorts relativa a serviços de consultoria para investimento imobiliário. Em 31 de Dezembro de 2005, o valor encontrava-se em dívida registado na rubrica de outros activos (nota n.º 31).

55 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Salários e vencimentos:		
Órgãos de administração e fiscalização	26 108	11 416
Empregados	6 515	2 850
Bónus	4 000	—
	<u>36 623</u>	<u>14 266</u>
Encargos sociais:		
Segurança social	6 246	2 743
Outros	381	116
	<u>6 627</u>	<u>2 859</u>
	<u>43 250</u>	<u>17 125</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de bónus refere-se a um prémio de desempenho atribuído a um colaborador da sociedade.

56 — Outros gastos administrativos:

No exercício de 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Avenças e honorários	11 160	6 962
Rendas e alugueres	5 965	3 443
Outros serviços especializados	5 287	4 152
Serviços de contencioso e notariado	5 212	100
Publicidade e edição	3 275	208
Deslocações e estadas	1 277	2 598
Comunicação e despesas de expedição	888	201
Impressos e material de consumo corrente	793	3 157
Outros	409	20
	<u>34 266</u>	<u>20 841</u>

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas e relatório de auditoria

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 554 924 euros e capitais próprios no montante de 371 902 euros incluindo um resultado líquido de 13 163 euros, as demonstrações dos resultados e de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 3).

Lisboa, 29 de Março de 2006. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos serviços da sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações dos resultados e de origem e aplicação de fundos e o respectivo anexo, bem como o relatório de gestão, preparado pelo conselho de administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, elaborámos a certificação legal das contas, a qual foi emitida sem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 29 de Março de 2006. — O Fiscal Único, Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, revisor oficial de contas.
3000209993

GROW INVESTIMENTOS — GESTÃO DE PATRIMÓNIOS, S. A.

Sede social: Rua Mouzinho da Silveira, 10, 1250-167 Lisboa.
Capital social: 275 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 502534877.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 13 365.

Relatório e contas de 2005

Mensagem do presidente do conselho de administração

Em 2005 os principais mercados financeiros registaram uma evolução favorável, sobretudo no 2.º semestre do ano. Esta evolução dos

mercados, com prémios de risco em níveis dificilmente sustentáveis (veja-se a volatilidade ou os *spreads* de crédito em mínimos dos últimos 40 anos), reforçam a nossa convicção da necessidade de uma gestão de carteiras baseadas na gestão do risco, e não na aposta em expectativas de *performance* que se esperam atingir.

Continuamos a concentrar os nossos esforços na quantificação do risco nos mais diversos cenários e não na tentativa de prever o comportamento dos mercados (a história prova a sua imprevisibilidade), construindo carteiras que sejam o mais imune possível a ambientes adversos. Quanto ao desempenho, ainda que impossível de prever com elevado grau de certeza, estará salvaguardado de surpresas desagradáveis que ponham em risco a base de capital do investidor e resultará, acima de tudo, da qualidade dos produtos seleccionados e não exclusivamente da envolvente de mercados, como habitualmente acontece com a gestão tradicional.

Acreditamos por isso que uma carteira deve basear a sua alocação em investimentos de retorno absoluto, particularmente quando estamos perante perfis conservadores ou mesmo moderados, que constituem a quase totalidade da nossa base de clientes e a grande maioria dos investidores de património elevado em Portugal. A proposta de valor da Grow mantém-se assim inalterada desde o seu arranque em 2000, e centra-se na preservação de capital aliada a uma rentabilidade estável e sem sobressaltos que permita valorizar o património do investidor acima da taxa de juro sem risco, sem que para isso se incorra em riscos significativos.

O Presidente do Conselho de Administração, *Joaquim Maria Aliu Presas*.

Relatório do conselho de administração

1 — Enquadramento

Em 2005 assistimos a um desempenho positivo dos principais mercados financeiros, que se materializou na segunda metade do ano.

No mercado accionista mundial, em termos sectoriais destacaram-se os sectores de Energy (+ 33%), fruto essencialmente da valorização do preço do petróleo, e de Materials (+ 26%), enquanto o pior desempenho se verificou no sector de Telecom's (− 5%).

Quanto aos diferentes mercados geográficos (Estados Unidos, Europa, Japão e mercados emergentes), todos sem excepção registaram ganhos, sendo de salientar o pior desempenho relativo do maior mercado mundial — o americano.

(Em percentagem)

Índice	Perfor- mance em 2005	Perfor- mance acumu- lada de 2000 a 2005
S&P 500	+ 3,0	− 15,0
MSCI Europe	+ 21,7	− 14,9
NIKKEI	+ 40,2	− 14,9
MSCI Emerging Markets	+ 35,5	+ 48,7
MSCI World	+ 13,7	− 13,5

Nota. — S&P500 é o índice representativo das 500 maiores empresas americanas. Nikkei é o índice que espelha a *performance* do mercado accionista japonês. A Morgan Stanley produz inúmeros índices regionais dos quais salientamos o MSCI Europe, o MSCI Emerging Markets e o MSCI World que representam, respectivamente, o comportamento do mercado europeu, de mercados emergentes e mundial.

Tal como em 2004, graças aos ganhos e baixa volatilidade registados, o risco do investimento em acções não esteve de novo este ano muito visível o que se pode verificar na análise do comportamento do índice de referência para o mercado accionista mundial — MSCI World — que apresentou um desvio padrão em 2005 de 7,5%.

Não deixa de ser assinalável que, apesar dos ganhos de 2005, e mesmo do desempenho favorável de 2003 e 2004, os principais índices accionistas registam ainda perdas acumuladas desde o ano 2000 (cinco anos de investimento) muito substanciais — cerca de − 15%.

O mercado de dívida pública viveu em 2005 um ano positivo, ainda que limitado pelas continuadas subidas das taxas de juro nos Estados Unidos e também pela inversão do ciclo monetário na Europa,

que acabou por surpreender a maioria dos investidores e analistas, que acreditavam que o Banco Central Europeu não subiria as taxas de juro de referência. O *benchmark* (JP Morgan Global Bond Index) apresentou assim uma rentabilidade de 3,7%.

Quanto ao mercado de crédito (dívida *corporate*), o *rally* vivido em 2003 e 2004 chegou finalmente ao fim, e assistimos a *performances* próximas de zero por cento, o que não deixa, no entanto, de ser notável dado o ambiente adverso enfrentado. Tal pode dever-se a taxas de *default* ainda a níveis muito baixos e alguma complacência por parte dos investidores, que no entanto revelaram algum descontentamento ao longo do ano quer com a ausência de desempenho quer com o risco potencial existente, o que motivou resgates significativos nos fundos de High Yield.

	Dólares dos Estados Unidos (percen- tagem)
Investment Grade (Goldman Sachs Investop Index)	+ 0,8
High Yield (Bear Sterns High Yield Index)	+ 1,6

Tendo em conta que ainda recentemente, em 2002 aquando da falência da Worldcom, as quedas no mercado de crédito chegaram a ultrapassar os 11% num período acumulado de apenas dois meses (para o segmento de High Yield), facilmente se conclui que desempenhos como os verificados em 2005 — próximos de 1% — são obviamente insuficientes para justificar o risco incorrido.

Relativamente ao mercado cambial, depois de em 2004 termos assistido a uma desvalorização do dólar — cerca de 7% para o *Dollar Index* (o *Dollar Index* é representativo do valor do dólar americano face a um conjunto de seis outras moedas (iene, Japão; euro, Europa; coroa sueca, Suécia; dólar canadiano, Canadá; franco suíço, Suíça; libra, Inglaterra) —, 2005 registou uma brusca inversão deste movimento (logo em Janeiro) o que surpreendeu a generalidade dos investidores, tendo-se posteriormente verificado uma continuada tendência de valorização da moeda americana que atingiu os 12% no final do ano.

2 — Evolução económica

Não pretendendo fazer uma análise cronológica exaustiva do ano, consideramos ser fundamental analisar a evolução económica/financeira dos principais mercados mundiais — Estados Unidos, Europa e Japão — para melhor perceber por um lado quais as razões que explicam as *performances* verificadas e atrás descritas, e por outro para melhor nos prepararmos para o que o ano de 2006 nos possa trazer:

Estados Unidos — depois de um crescimento da economia americana de 4,4% em 2004, e apesar de uma continuada subida de taxas por parte da Reserva Federal e de uma forte valorização do preço das energias (petróleo + 46% e gás natural + 65%), a recuperação económica acabou por se manter firme, com um crescimento de cerca de 3,5%. As taxas de juro de referência do dólar subiram dos 2,25% para os 4,25%, mas surpreendentemente as taxas de juro de mercado (de longo prazo) mantiveram-se relativamente inalteradas, à imagem aliás do que havia já acontecido em 2004. Este efeito continua a favorecer o crescimento económico e deve-se a pressões inflacionistas relativamente contidas e em muito à pressão compradora dos bancos centrais Asiáticos que pretendem evitar a valorização das suas moedas — o que limitaria a sua competitividade — continuando assim a comprar dólares (e obrigações americanas) de uma forma regular e bem evidente;

Europa — tal como em 2004 o cenário vivido na Europa foi substancialmente diferente do verificado nos Estados Unidos no sentido em que o crescimento económico foi fraco, ainda que beneficiado no 2.º semestre do ano pela progressiva desvalorização do euro face ao dólar. Verificou-se, no entanto, uma surpreendente subida de taxas por parte do Banco Central Europeu em Dezembro, de 2% para 2,25%. Esta é ainda mais inesperada se tivermos em conta, para além da fraqueza da economia europeia, a instabilidade vivida com as vitórias do não no referendo à Constituição Europeia na Holanda e em França, os graves distúrbios vividos em França no final do ano, ou mesmo as medidas anunciadas na Alemanha relativamente ao aumento dos impostos.

Japão — a continuada recuperação da economia japonesa registou um ligeiro abrandamento no seu ritmo de crescimento, de 2,7% em

2004 para cerca de 2,5% em 2005. Apesar da forte valorização do mercado accionista, a desvalorização do iene e ausência de subidas significativas nas baixas taxas de juro de mercado (de longo prazo), afiadadas a alguns dados económicos ainda pouco expressivos continuam a suscitar dúvidas nalguns investidores e analistas quanto à saúde da economia. Estes são, no entanto, cada vez mais uma minoria dado que a generalidade dos intervenientes acredita numa sustentável recuperação económica e no ultrapassar definitivo do cenário de deflação que assola o Japão há cerca de 10 anos.

3 — Actividade desenvolvida

Aconselhamento em matéria de investimento

A especialização da Grow em estratégias de retorno absoluto baseadas em *hedge funds* e o crescente interesse dos investidores institucionais na implementação deste tipo de estratégias de investimento, permitiu em 2005 a continuação do sucesso da actividade de aconselhamento em matéria de investimento.

Gestão discricionária de activos financeiros

O esforço comercial realizado durante o ano permitiu um crescimento do volume de activos sob gestão discricionária de aproximadamente, 47% durante o ano de 2005.

Eventos e publicações

A Grow manteve em 2005 a publicação trimestral de uma *newsletter*, à semelhança do que já havia feito nos anos anteriores. O objectivo desta publicação é o de aumentar o nível de conhecimento dos investidores em geral, ainda que dos institucionais em particular, sobre estratégias de investimento baseadas em carteiras de *hedge funds*.

Os temas abordados foram os seguintes:

1.º trimestre de 2005:

Nova classificação de *hedge funds*.

Weather derivatives e *cat bonds*.

Curiosidades.

Performances da indústria de *hedge funds*.

2.º trimestre de 2005:

Crescimento da indústria de *hedge funds* — mitos e realidades.

Portable alpha.

Curiosidades.

Performances da indústria de *hedge funds*.

3.º trimestre de 2005:

Índices vs índices investíveis.

Estratégias de implementação de *portable alpha*.

Performances da indústria de *hedge funds*.

4.º trimestre de 2005:

Indústria de *hedge funds* — balanço de 2005.

Comportamento das diferentes estratégias.

Performances da indústria de *hedge funds*.

4 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração da sociedade propõe à assembleia geral a seguinte aplicação para o resultado líquido do exercício, no valor de 87 611,36 euros:

Para reserva legal	8 761,14
Para reservas livres	78 850,22

5 — Referências finais

Uma referência final de agradecimento aos accionistas e aos clientes, pela confiança manifestada, a todos os membros dos órgãos sociais e aos colaboradores pelo seu empenho diário, que tornou possível o cumprimento dos objectivos de evolução sustentada da actividade da Grow. Agradecemos ainda aos nossos auditores, Deloitte, a independência e profissionalismo do seu trabalho, e às autoridades de supervisão, nomeadamente Banco de Portugal e CMVM, a atenção dispensada.

Lisboa, 23 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Joaquim Maria Aliu Presas*, presidente — *Bernardo Mattos*, administrador — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *Francisco Carvalho Martins*, administrador — *João Paulo Lopes Raimundo*, administrador.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Participação dos membros do conselho fiscal e do conselho de administração no capital social da Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A.:

Membros do conselho de administração e do conselho fiscal	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	2005		
		Adquiridas	Alienadas	Saldo final
João Paulo Lopes Raimundo	92 125	—	—	92 125
Joaquim Maria Aliu Presas	41 250	—	—	41 250
Carmen Rodrigues dos Santos	750	—	—	750
Bernardo Mattos	2 500	—	—	2 500

Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Relação de accionistas titulares de, pelo menos, um décimo do capital social da Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., em 31 de Dezembro de 2005:

Accionistas	Participação	Porcentagem
João Paulo Lopes Raimundo	92 125	33,50
João Miguel Almeida Henriques	89 625	32,59
Joaquim Maria Aliu Presas	41 250	15,00

O Conselho de Administração: *Joaquim Maria Aliu Presas*, presidente — *Bernardo Mattos*, administrador — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *Francisco Carvalho Martins*, administrador — *João Paulo Lopes Raimundo*, administrador.

Balanços em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ACTIVO

(Em euros)

Notas	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	672	—	672	655
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	54 372 105	—	372 105	168 390
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	10 15 821	(347)	15 474	30 083
Imobilizações incorpóreas	11 92 743	(88 425)	4 318	10 868

(Em euros)					
	Notas	2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações corpóreas	11	250 057	(166 119)	83 938	82 204
Outros activos	31	98 524	—	98 524	95 714
Contas de regularização	27	137 269	—	137 269	184 479
<i>Total do activo</i>		967 191	(254 891)	712 300	572 393

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2005	2004
Outros passivos	31	81 730	37 753
Contas de regularização	27	148 459	140 264
Provisões para riscos e encargos	24	375	250
<i>Total do passivo</i>		230 564	178 267
Capital subscrito	29	275 000	275 000
Reservas	51	119 125	40 926
Lucro do exercício	51	87 611	78 200
<i>Total da situação líquida</i>		481 736	394 126
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		712 300	572 393

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2005	2004
Carteiras geridas	23	29 356 892	19 963 114

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

CUSTOS

(Em euros)			
	Notas	2005	2004
Juros e custos equiparados		—	—
Comissões		1 413	1 531
Prejuízos em operações financeiras		478	—
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal		554 926	560 723
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(451 186)	(459 152)
(— encargos sociais)		(93 268)	(91 984)
(— outros custos com pessoal)		(10 472)	(9 587)
Outros gastos administrativos	52	690 764	702 657
Amortizações do exercício	11	42 506	47 549
Outros custos de exploração		11 923	11 980
Provisões para crédito vencido e outros riscos	24	724	217
Perdas extraordinárias	39	816	2 524
Impostos sobre lucros	41	62 144	42 165
Outros impostos		431	239
Lucro do exercício	51	87 611	78 200
		1 453 736	1 447 785

PROVEITOS

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados		4 989	3 552
Comissões	53	1 447 965	1 430 617

	Notas	2005	2004
Reposições e anulações de provisões	24	469	276
Outros proveitos de exploração		23	197
Ganhos extraordinários	39	290	13 143
		<u>1 453 736</u>	<u>1 447 785</u>

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstrações de origem e aplicação de fundos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ORIGEM DE FUNDOS

	2005	2004
Internas:		
Lucro do exercício	87 611	78 200
Amortizações do exercício	42 506	47 549
Provisões constituídas	255	(59)
	<u>130 372</u>	<u>125 690</u>
Aumentos no passivo:		
Outros passivos	43 977	—
Contas de regularização	8 195	15 034
	<u>52 172</u>	<u>15 034</u>
Diminuições no activo:		
Contas de regularização	47 209	—
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14 479	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	—	98 411
Outros activos	—	32 401
	<u>61 688</u>	<u>130 812</u>
	<u>244 232</u>	<u>271 536</u>

APLICAÇÃO DE FUNDOS

	2005	2004
Internas:		
Distribuição de reservas livres (nota n.º 51)	—	165 000
Aumentos no activo:		
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	203 715	—
Imobilizações corpóreas	37 387	11 740
Outros activos	2 810	—
Imobilizações incorpóreas	303	5 640
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	126
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	21 005
Contas de regularização	—	13 716
	<u>244 232</u>	<u>52 227</u>
Diminuições no passivo:		
Outros passivos	—	54 309
	<u>244 232</u>	<u>271 536</u>

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em euros)

1 — Introdução:

A Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A. (sociedade que alterou a sua denominação social no exercício de 2002 de Almeida Henriques, Lopes Raimundo & Associados — Gestão de Patrimónios, S. A., para a actual) resultou da aquisição, em 6 de Outubro de 1999, da BFE — Gestão de Patrimónios, S. A. (entidade que se encontrava em liquidação e que foi posteriormente reactivada). A sociedade tem por objecto social a administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, designados por carteiras de títulos e outros activos, e a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos, no âmbito das actividades permitidas às sociedades gestoras de patrimónios.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e regulamentação complementar emitida por esta entidade.

As demonstrações financeiras da sociedade em 31 de Dezembro de 2005 estão pendentes de aprovação pela assembleia geral de accionistas. No entanto, o conselho de administração da sociedade admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

3.1 — *Especialização de exercícios.* — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

3.2 — *Imobilizações incorpóreas.* — As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

3.3 — *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as

taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5-8
Material de transporte	4

3.4 — *Comissões.* — As comissões de gestão correspondem à remuneração da sociedade pela gestão das carteiras dos seus clientes (patrimónios). São calculadas por aplicação de uma taxa anual (fixada em contrato) sobre o valor dos respectivos patrimónios e registadas na demonstração dos resultados na rubrica de comissões de gestão (nota n.º 53).

As comissões de consultoria correspondem à remuneração da sociedade pela prestação de serviços em matéria de aconselhamento de investimentos. São essencialmente calculadas por aplicação de uma taxa anual (fixada em contrato) sobre o valor dos patrimónios dos fundos aos quais são prestados estes serviços e registadas na demonstração dos resultados na rubrica de comissões de consultoria (nota n.º 53).

3.5 — *Aplicações em títulos.* — Esta rubrica corresponde a obrigações que se encontram na sua totalidade dadas como penhor no âmbito do sistema de indemnização aos investidores nos termos do artigo 8.º do regulamento n.º 2/2000 da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, estando registadas ao custo de aquisição, o qual é superior ao respectivo valor de mercado, estando constituídas provisões pela diferença.

3.6 — *Rubricas extrapatrimoniais.* — Esta rubrica refere-se às carteiras de activos geridas pela sociedade. Para além de disponibilidades, estas carteiras incluem acções cotadas e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário cotados e não cotados as quais são valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As acções cotadas encontram-se registadas ao valor da última cotação em bolsa realizada nos últimos três meses;

As unidades de participação em fundos de investimento encontram-se registadas ao último valor divulgado pela entidade gestora à data da valorização das carteiras geridas pela sociedade.

Os riscos associados aos instrumentos em que são investidos os valores que constituem as carteiras geridas pela sociedade correm por conta dos clientes. A sociedade não assegura qualquer rentabilidade mínima aos seus clientes.

10 — Aplicações em títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005			
	Quantidade	Custo de aquisição	Provisões	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro — Agosto/07 — 4,875%	15 000	15 821	(347)	15 474
	2004			
	Quantidade	Custo de aquisição	Provisões	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro — Out/05 — 5,25%	14 000	14 479	(163)	14 316
Obrigações do Tesouro — Ago/07 — 4,875%	15 000	15 821	(54)	15 767
	29 000	30 300	(217)	30 083

11 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005						Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005
	Saldos em 31 de Dezembro de 2004		Adições	Abates		Amortizações do exercício	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Valor bruto	Amortizações acumuladas		
Imobilizações incorpóreas:							
<i>Software</i>	66 203	(58 936)	303	—	—	(5 298)	2 272
Despesas de estabelecimento	12 412	(12 292)	—	—	—	(120)	—
Custos plurianuais	13 825	(10 344)	—	—	—	(1 435)	2 046
	<u>92 440</u>	<u>(81 572)</u>	<u>303</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(6 853)</u>	<u>4 318</u>
Imobilizações corpóreas:							
Mobiliário e material	57 039	(23 614)	380	—	—	(7 158)	26 647
Equipamento informático	79 662	(54 083)	6 984	—	—	(12 392)	20 171
Máquinas e ferramentas	21 122	(12 661)	702	—	21	(2 938)	6 246
Obras em imóveis arrendados	1 163	(387)	—	—	—	(116)	660
Equipamento publicitário	425	(277)	—	—	—	(31)	117
Material de transporte	49 630	(37 223)	29 300	—	—	(13 018)	28 689
Património artístico	3 650	(2 242)	—	—	—	—	1 408
	<u>212 691</u>	<u>(130 487)</u>	<u>37 366</u>	<u>—</u>	<u>21</u>	<u>(35 653)</u>	<u>83 938</u>
	<u>305 131</u>	<u>(212 059)</u>	<u>37 669</u>	<u>—</u>	<u>21</u>	<u>(42 506)</u>	<u>88 256</u>

	2004						Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004
	Saldos em 31 de Dezembro de 2003		Adições	Abates		Amortizações do exercício	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Valor bruto	Amortizações acumuladas		
Imobilizações incorpóreas:							
<i>Software</i>	64 193	(52 560)	2 010	—	—	(6 376)	7 267
Despesas de estabelecimento	12 412	(12 159)	—	—	—	(133)	120
Custos plurianuais	10 195	(8 470)	3 630	—	—	(1 874)	3 481
	<u>86 800</u>	<u>(73 189)</u>	<u>5 630</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(8 383)</u>	<u>10 868</u>
Imobilizações corpóreas:							
Mobiliário e material	56 444	(16 324)	595	—	—	(7 290)	33 425
Equipamento informático	69 489	(38 692)	10 551	(378)	—	(15 391)	25 579
Máquinas e ferramentas	20 345	(8 926)	797	(20)	20	(3 755)	8 461
Obras em imóveis arrendados	1 163	(271)	—	—	—	(116)	776
Equipamento publicitário	250	(71)	175	—	—	(206)	148
Material de transporte	49 630	(24 815)	—	—	—	(12 408)	12 407
Património artístico	3 650	(2 242)	—	—	—	—	1 408
	<u>200 971</u>	<u>(91 341)</u>	<u>12 118</u>	<u>(398)</u>	<u>20</u>	<u>(39 166)</u>	<u>82 204</u>
	<u>287 771</u>	<u>(164 530)</u>	<u>17 758</u>	<u>(398)</u>	<u>20</u>	<u>(47 549)</u>	<u>93 072</u>

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as rubricas extrapatrimoniais correspondem ao valor das carteiras de clientes sob gestão da sociedade, valorizadas conforme descrito na nota n.º 3.6.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as carteiras de clientes sob gestão apresentam a seguinte composição:

	2005		2004	
	Número de clientes	Valor sob gestão	Número de clientes	Valor sob gestão
Superior a 5 000 000 euros	2	10 527 536	2	10 243 853
Entre 1 000 000 e 5 000 000 euros	8	16 675 926	4	7 951 367
Entre 100 000 e 1 000 000 euros	5	2 050 252	4	1 663 994
Inferior a 100 000 euros	2	103 178	2	103 900
	<u>17</u>	<u>29 356 892</u>	<u>12</u>	<u>19 963 114</u>

24 — Movimento nas provisões:

Durante os exercícios de 2005 e 2004, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

Contas	2005			
	Saldos em 31 de Dezembro de 2004	Dotações	Reposições	Saldos em 31 de Dezembro de 2005
Para depreciação de títulos de investimento de rendimento fixo (nota n.º 10)	217	599	(469)	347
Para riscos e encargos	250	125	—	375
	467	724	(469)	722

Contas	2004				
	Saldos em 31 de Dezembro de 2003	Dotações	Reposições	Transfêrências	Saldos em 31 de Dezembro de 2004
Para depreciação de títulos de investimento de rendimento fixo (nota n.º 10)	—	130	(26)	113	217
Para riscos e encargos	526	87	(250)	(113)	250
	526	217	(276)	—	467

27 — Contas de regularização:

Contas de regularização — activo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Proveitos a receber:		
Comissões de consultoria	13 891	63 431
Comissões de gestão	42 843	34 058
Juros de obrigações	272	418
Despesas com custo diferido:		
Cauções	30 731	41 026
Seguros	9 528	11 446
Assistência informática	2 543	2 471
Rendas e alugueres	6 583	—
Outras	4 048	5 224
Outras contas de regularização:		
Pagamentos por conta de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) (nota n.º 41)	23 192	24 423
Outros	3 638	1 982
	137 269	184 479

Em 31 de Dezembro de 2005, as comissões de consultoria e de gestão relativas ao mês de Dezembro ainda não tinham sido facturadas. Após serem facturadas, são transferidas para a rubrica de outros activos (nota n.º 31). Estas comissões foram recebidas em Janeiro de 2006.

A rubrica de cauções corresponde às cauções prestadas como garantia de bom cumprimento dos contratos de aluguer de longa duração de viaturas e de caução de renda do edifício.

Contas de regularização — passivo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Custos a pagar:		
Provisão para férias e subsídio de férias ...	71 904	69 894
Publicidade	—	11 410
Rendas de imóveis	—	6 303
Outros	14 411	10 492
	86 315	98 099

	2005	2004
Outras contas de regularização:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) (nota n.º 41)	62 144	42 165
	148 459	140 264

Em 31 de Dezembro de 2004, a renda das instalações da sociedade referente ao mês de Dezembro de 2004 não tinha sido emitida. Desta forma, a sociedade constituiu uma provisão peio montante de 6303 euros relativa à renda do mês de Dezembro de 2004.

29 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o capital da sociedade está representado por 275 000 acções com valor nominal de 1 euro cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado. Nestas datas, a estrutura accionista da sociedade era a seguinte:

	Número de acções	Porcentagem de participação
João Paulo Lopes Raimundo	92 125	33,50
João Miguel Almeida Henriques	89 625	32,60
Joaquim Maria Aliu Presas	41 250	15,00
Outros, inferiores a 10%	52 000	18,9
	275 000	100,00

31 — Outros activos e outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros activos:

	2005	2004
Devedores diversos:		
Clientes residentes	1	8
Clientes não residentes	37 472	25 000
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a receber	58 999	63 507
IRC a recuperar (nota n.º 39)	—	7 199
IVA — reembolsos pedidos	2 052	—
	98 524	95 714

A rubrica de devedores diversos — clientes não residentes, refere-se a comissões de consultoria em matéria de investimentos relativas aos últimos meses do exercício, cobradas integralmente nos primeiros meses do exercício seguinte.

A rubrica IVA — reembolsos pedidos, é referente a juros demora que foram cobrados pelo atraso do pagamento da declaração de retenções na fonte de Abril de 2004. O valor encontra-se a recuperar uma vez que o atraso no pagamento da declaração de Abril se deveu ao facto de se aguardar a compensação de um valor pago em duplicado referente à declaração de Março do mesmo ano.

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros passivos:

	2005	2004
Fornecedores	60 404	15 642
Retenção de impostos na fonte	13 451	14 444
Contribuições para a segurança social	7 875	7 667
	<u>81 730</u>	<u>37 753</u>

34 — Número médio de efectivos:

Durante os exercícios de 2005 e 2004, a sociedade teve em média 11 trabalhadores ao seu serviço, com a seguinte composição:

Administração	5
Direcção	2
Técnicos	3
Administrativos	1
	<u>11</u>

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

Durante os exercícios de 2005 e 2004, foram atribuídas aos órgãos de administração remunerações e outros encargos no montante de 310 577 euros e 300 007 euros, respectivamente.

36 — Serviços de gestão e representação a terceiros:

Conforme indicado na nota n.º 23, a sociedade é responsável pela gestão e representação de patrimónios detidos por clientes.

38 — Ventilação dos proveitos por linhas de negócio e por mercados geográficos:

Em termos de áreas de negócio, a actividade da sociedade enquadra-se no segmento de gestão de activos.

Todos os proveitos gerados pela actividade da sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

39 — Proveitos e custos extraordinários:

	2005	2004
Excesso na estimativa de impostos	186	7 199
Outros	104	5 944
	<u>290</u>	<u>13 143</u>

	2005	2004
Custos extraordinários:		
Multas e penalidades	200	—
Outros	616	2 524
	<u>816</u>	<u>2 524</u>

41 — Impostos:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

A demonstração do imposto a pagar relativo ao exercício de 2005 é o seguinte:

Resultado líquido antes de impostos	150 186
Valores a acrescentar:	
Aluguer de viaturas sem condutor	34 352
Despesas não devidamente documentadas	9 223
Prémios de seguros e contribuições	5 745
Amortizações não aceites fiscalmente como custo	4 926
Outros	532
	<u>54 778</u>
Valores a deduzir:	
Mais-valias contabilísticas	21
Excesso com a estimativa para impostos sobre lucros	186
Benefícios fiscais	5 246
	<u>5 453</u>
Matéria colectável	<u>199 511</u>
Imposto apurado	49 878
Derrama	4 988
Tributação autónoma	7 278
Estimativa de imposto	62 144
Pagamentos por conta (nota n.º 27)	(23 192)
Imposto a pagar	<u>38 952</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais da sociedade relativamente aos exercícios de 2002 a 2005 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

Na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente ao período acima referido, seja significativa para as demonstrações financeiras.

42 — Tratamento fiscal dos resultados correntes e dos resultados extraordinários:

No exercício de 2005 e 2004, não foi dado tratamento fiscal diferenciado aos resultados correntes e aos resultados extraordinários.

51 — Movimento nas outras rubricas da situação líquida:

O movimento ocorrido nas outras rubricas da situação líquida durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	Reservas			Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	16 090	135 799	151 889	54 037
Aplicação do resultado do exercício de 2003	5 404	48 633	54 037	(54 037)
Distribuição de reservas livres	—	(165 000)	(165 000)	—
Lucro do exercício	—	—	—	78 200
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	21 494	19 432	40 926	78 200

	Reservas			Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total	
Aplicação do resultado do exercício de 2004	7 820	70 380	78 200	(78 200)
Outros	—	(1)	(1)	—
Lucro do exercício	—	—	—	87 611
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	29 314	89 811	119 125	87 611

Reserva legal:

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, a sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos. Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Durante o exercício de 2002, a sociedade utilizou esta reserva no montante de 65 713 euros para cobrir os resultados negativos gerados em exercícios anteriores.

Distribuição de reservas livres:

De acordo com a deliberação da assembleia geral de 26 de Outubro de 2004, a sociedade distribuiu 165 000 euros de reservas livres aos seus accionistas.

52 — Outros gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Fornecimentos de terceiros	39 972	47 038
Serviços de terceiros:		
Serviços especializados:		
De informática	42 810	42 794
De contabilidade	23 545	20 807
De advogados	27 197	25 422
Outros	21 221	8 180
Avenças e honorários	165 600	136 905
Deslocações, estadas e representação	91 705	97 630
Rendas e alugueres de imóveis	73 384	75 641
Aluguer de longa duração	56 701	59 949
Comunicação e despesas de expedição	39 473	40 740
Publicidade e edição	13 346	24 821
Aluguer viaturas	27 931	21 130
Condomínio	12 358	15 093
Conservação e reparação	25 815	17 579
Outros	20 661	12 446
Seguros	9 045	10 964
Encargos com natureza cultural/económica	—	45 518
	690 764	702 657

Em 2005 e 2004, a rubrica de avenças e honorários, refere-se a custos pela prestação de serviços de assessoria e investigação nos termos de um contrato de prestação de serviços celebrado pela sociedade com um dos seus accionistas.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica de aluguer de longa duração, corresponde a rendas de contratos de aluguer de longa duração de viaturas.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de encargos com natureza cultural/económica, refere-se a custos suportados com uma campanha de comunicação desenvolvida junto dos clientes da sociedade.

53 — Comissões — proveitos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Comissões por serviços de consultoria	1 266 898	1 286 134
Comissões de gestão	181 067	144 483
	1 447 965	1 430 617

54 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o saldo destas rubricas refere-se a um depósito à ordem junto do Banco Espírito Santo que é remunerada a uma taxa de juro anual de 1,34%.

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 712 300 euros e capitais próprios no montante de 481 736 euros, incluindo um resultado líquido de 87 611 euros, as demonstrações dos resultados e de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 3).

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2006. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2005, a demonstração dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2005 preparado pelo conselho de administração e da proposta nele incluída. Como conse-

quência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas, a qual foi emitida sem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que os documentos de prestação de contas acima referidos, os quais compreendem as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e o relatório de gestão do exercício de 2005, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis.

Assim, somos de parecer que a assembleia geral de accionistas poderá aprovar os supracitados documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2005, bem como a proposta expressa no relatório de gestão do conselho de administração da sociedade.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2006. — O Fiscal Único, Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luis Augusto Gonçalves Magalhães*, revisor oficial de contas.
3000209991